

# **ENSAIOS**



# DESIGUALDADE TERRITORIAL, MOBILIDADE ESPACIAL E VULNERABILIDADE<sup>1</sup>

Aristides Monteiro Neto<sup>2</sup>  
Dorotea Blos<sup>3</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

As desigualdades no Brasil manifestam-se em distintos níveis territoriais e em vários âmbitos do desenvolvimento humano. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Pnud, Ipea e FJP, 2013) mostra, nas últimas duas décadas, uma tendência de evolução positiva das condições de vida da população brasileira por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM),<sup>4</sup> que analisa três dimensões que organizam o conceito do desenvolvimento humano – renda, longevidade e educação.

## 2 DESENVOLVIMENTO HUMANO NAS REGIÕES

Esta evolução permite identificar uma melhoria muito significativa dos indicadores nacionais na última década, identificando-se que, em 2000, havia uma concentração de 71,5% dos municípios brasileiros nas faixas de muito baixo e baixo desenvolvimento humano. Em 2010, somente 25,2% dos municípios estavam nestes patamares, e a concentração maior havia se deslocado para as faixas de médio e alto desenvolvimento (74,0%) (ver tabela A.1, no apêndice).

Apesar de as regiões Norte e Nordeste apresentarem os menores IDHMs, tanto em 2000 quanto em 2010, estas duas regiões apresentaram crescimento superior à média

---

1. Este texto ora disponibilizado para o público em geral corresponde ao esforço de mapeamento da situação recente sobre aspectos do desenvolvimento e da política regional brasileira constante na seção G do documento institucional *Informe Nacional sobre os Avanços na Implementação do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento*. Este relatório preliminar foi apresentado na Reunião Extraordinária da Mesa Diretiva da Comissão Regional de População e Desenvolvimento (CRPD), em Santiago do Chile, em novembro de 2017. Para esta parte específica sobre a questão regional brasileira foram responsáveis diretos, para sua elaboração, Dorotea Blos, analista de políticas sociais, e Aristides Monteiro Neto, coordenador de estudos regionais da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea.

2. Pesquisador na Dirur do Ipea e doutor em economia aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

3. Analista de políticas sociais no Ministério do Planejamento (MP) e doutora em gestão e valoração urbana pela Universitat Politècnica de Catalunya, Espanha.

4. Ver conceito do IDHM no apêndice.

nacional entre 2000 e 2010, passando de baixo para médio IDHM. Isto também se verifica no IDHM das dimensões renda, longevidade e educação. Em relação ao IDHM educação, Norte e Nordeste apresentaram taxas de crescimento duas vezes maiores do que aquelas verificadas para o Sudeste. Apesar deste elevado crescimento, verificam-se desigualdades educacionais ainda marcantes regionalmente (ver tabela A.2, no apêndice).

### **3 VULNERABILIDADE SOCIAL NAS REGIÕES**

Em uma análise complementar àquela apresentada para o IDHM, somam-se novos dados do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), calculado pelo Ipea para o período de 2000 a 2015, estruturado também em três dimensões, a saber: renda e trabalho, capital humano e infraestrutura urbana.<sup>5</sup>

Em uma análise mais global do país, no período 2000-2010 houve uma redução do IVS de 27%, significando a passagem da faixa de alta para média vulnerabilidade social. Nos cinco anos seguintes, o processo de redução se manteve, no entanto em percentuais menores, em que uma redução de 7% no período coloca o país em uma faixa de baixa vulnerabilidade social. Além disso, a evolução do índice no período 2011 a 2015 sofreu inflexões e descontinuidades, no entanto permanecendo na mesma faixa (ver tabela A.3, no apêndice).

No ano 2000 as regiões Norte e Nordeste aparecem, uma vez mais, como aquelas que apresentam resultados menos satisfatórios, o que faz com que essas regiões enquadrem-se na faixa da alta vulnerabilidade social, enquanto a região Sul apresenta-se como aquela de melhor desempenho, ficando na faixa da baixa vulnerabilidade social (ver tabelas A.4 e A.5, no apêndice). A evolução no período 2000-2010 foi positiva naquelas regiões, mas ainda abaixo da média nacional. No último período, de 2011 a 2015, a redução da vulnerabilidade social continuou acontecendo em todas as regiões, mas foi mais significativa na região Norte (14%), alcançando o patamar de baixa vulnerabilidade social. A região Nordeste neste período alcançou a faixa de média vulnerabilidade social.

Outros indicadores das vulnerabilidades sociais regionais no país, com relação mais direta com a qualidade de vida nos centros urbanos, podem ser incorporados a esta análise, como se verifica a seguir.

### **4 ACESSO A ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

A população residente em domicílios com esgotamento sanitário (ver tabela A.6, no apêndice) mostra que, na região Norte, apenas 12,6% de sua população têm acesso a esgotamento sanitário em 2001 – equivalente a 20% da média nacional no mesmo ano. Nos anos seguintes houve melhoria considerável do quadro de acesso, chegando ao ano de 2015 com 27,9% da população com acesso, ou seja, 38% da média nacional. Na região Nordeste, a parcela de 35,0% de sua população contava com esgotamento sanitário em 2001, elevando este patamar para 54,3% da população com acesso a este serviço público em 2015. Como proporção da média nacional, a região saltou de 57,3%, em 2001, para 74,4%, em 2015.

---

5. Ver conceito do IVS no apêndice.

## 5 MOBILIDADE URBANA

O percentual da população ocupada no país que gasta mais de uma hora diária da residência para o trabalho passou de 8,9%, em 2001, para 10,2%, em 2015 (ver tabela A.7, no apêndice). Para este indicador, a região que apresenta a dimensão mais negativa é justamente a mais rica e mais povoada, o Sudeste, com 11,4% de sua população gastando mais de uma hora no trajeto casa-trabalho em 2001. Este nível aumentou para 13,7% em 2015. Quando as regiões metropolitanas (RMs) são analisadas, seus indicadores revelam que é nelas que a mobilidade da população no seu trajeto para o trabalho é mais crítica. O tempo médio de deslocamento ampliou-se durante o período em consideração em todas as macrorregiões e RMs no país (tabela A.8, no apêndice). Cada vez mais uma parcela maior da população gasta mais tempo para chegar ao trabalho. No conjunto do Brasil esta média, em minutos, saiu de 28,7, em 2001, para 30,3, em 2015. Novamente a região Sudeste – em que se localizam as maiores metrópoles nacionais – é aquela em que o tempo gasto é maior: evoluiu de 31,4 para 34,1 minutos, em média, entre 2001 e 2015.

## 6 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O esforço de fomentar maior coesão social por meio da participação cívica pode ser acompanhado pelo número de conselhos de política urbana nos municípios brasileiros (tabela A.9, no apêndice). Em 2012, 1.231 dos municípios brasileiros (22,1%) possuíam conselhos para questões urbanas (ver tabela A.9, no apêndice). Deste grupo de municípios, 522, ou seja, 42,4% dos com conselhos, estão na faixa de população entre 20 mil e 500 mil habitantes, sendo que nas faixas superiores de tamanho de população é onde há mais institucionalização de conselhos para políticas urbanas (em termos proporcionais ao número de municípios de cada faixa, pois, em termos absolutos, as faixas de 5 mil até 100 mil têm mais conselhos). Fica, portanto, o desafio de organizar as políticas públicas para fazer chegar os conselhos urbanos nos municípios de menor tamanho de população. Em termos macrorregionais, é na região Sul do país em que há mais municípios com conselhos urbanos; são 40,3% do total regional de municípios. Esta região é seguida pela região Sudeste, com 21,3% do total de seus municípios; pela região Norte, com 20,9%; pela região Centro-Oeste, com 18,7%; e, por fim, pela região Nordeste, com apenas 11,6% de seus municípios com conselhos urbanos devidamente instituídos.

## 7 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

Quanto à distribuição territorial do produto interno bruto (PIB) (tabela A.10, no apêndice), as mudanças se fizeram notar em apoio ao aumento da participação das regiões de menor desenvolvimento. É a região Centro-Oeste, entre as três, aquela que mais alarga sua participação no total da economia nacional. Conforme dados das contas regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2000 e 2012, a região Norte aumentou sua participação no total da economia nacional em 0,7%, a região Nordeste aumentou, no mesmo período, 0,5%, e a região Centro-Oeste teve ganho de 2,9%.

As disparidades de PIB por habitante entre regiões continuam elevadas no país, e sua diminuição tem sido lenta e insatisfatória. A região Norte tem apresentado indicador de PIB *per capita* na média de 60% do Brasil, com pouca variação no período 2000-2014. A região

Nordeste, com PIB *per capita* ainda mais baixo, apresenta muita dificuldade de ultrapassar o patamar de metade do PIB *per capita* nacional: passou de 46,6%, em 2000, para 50,3%, em 2014. As demais regiões, por sua vez, apresentam nível de PIB bem superior à média nacional (ver tabela A.10, no apêndice).

É verdade que as regiões de menor PIB *per capita* têm apresentado taxas de crescimento do produto até mesmo mais altas do que as observadas nas regiões de alta renda; contudo, o diferencial de taxas não tem sido suficiente para reduzir o diferencial de produto existente (tabela A.11, no apêndice). Nos anos da década 2000-2010, quando a economia nacional apresentou evolução do produto e da renda, as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste lideraram as taxas de crescimento regionais (ver tabela A.11, no apêndice). Contudo, nos anos recentes, com o revés da economia interna, as taxas de crescimento nas regiões menos desenvolvidas sofreram considerável redução, demonstrando como estas são frágeis e facilmente impactadas pelo que se passa no ambiente econômico nacional. Quando vistas a partir da rede urbana brasileira, a população e a riqueza econômica continuam concentradas nas metrópoles e nos grandes centros urbanos, mas sua participação tem diminuído, demonstrando um crescimento mais acelerado em cidades que não estão no topo da hierarquia da rede urbana brasileira. Internamente, as RMs têm demonstrado uma inversão, passando as metrópoles em geral a crescer menos do que os outros municípios da RM. No Brasil recente, essas relações interurbanas têm se alterado de forma mais perceptível em uma hierarquia intermediária relacionada ao que alguns têm chamado de cidade média.<sup>6</sup> As cidades médias têm duas funções que podem ocorrer de forma mais ou menos acentuada: potencializar e viabilizar o desenvolvimento local-regional e ofertar de forma intermediária serviços que seriam disponibilizados apenas nas cidades maiores, tendo, portanto, um grande papel articulador que gera mudanças nas relações de centralidade e dependência das cidades menores em relação às de maior hierarquia urbana.

### 7.1 As políticas nacionais e suas repercussões no território

A capacidade de intervenção governamental no país foi substantivamente modificada neste início de século XXI, principalmente a partir de 2007, quando o governo federal instituiu e passou a executar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) como elemento importante da estratégia de crescimento. Seu propósito central foi aumentar a taxa de acumulação da economia nacional por meio da elevação do investimento público em infraestrutura (rodovias, portos, aeroportos), comunicações e habitação. As instituições públicas voltadas para o desenvolvimento regional acompanharam bem de perto este novo ativismo fiscal do governo federal e passaram a contribuir mais fortemente para o esforço nacional de crescimento. Análise dos dados sobre os fundos constitucionais de desenvolvimento regional (FCs), por exemplo, tiveram uma significativa ampliação de seus desembolsos no período: o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) passou de 1,0% do seu PIB, em 2005, para 1,8%, em 2012; o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE),

---

6. Em recorte com dados de 2000, Branco (2006) identifica 39 cidades médias em todo o país a partir de critérios populacionais (entre 100 e 350 mil habitantes), aéreas (presença de linhas aéreas regulares) e de subordinação – foram excluídos aqueles pertencentes a RMs, subordinados, conforme os estudos de Regiões de Influência das Cidades (Regic) do IBGE, ou que fossem capitais estaduais.

por sua vez, passou de 1,6% do PIB da região, em 2005, e atingiu 2,0%, em 2012; e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), por sua vez, passou de 0,8% do PIB da região Centro-Oeste, em 2005, para 1,4%, em 2012.<sup>7</sup> Tais recursos exclusivos da política regional explícita destinam-se a financiamento da atividade empresarial nas regiões em que atuam. Contribuem para a expansão da capacidade de investimento privado, ao apoiar crédito para custeio de atividades, e também para a ampliação de unidades produtivas.

A tabela A.12, no apêndice, traz elementos que permitem aquilatar dimensões adicionais da intervenção governamental nas regiões, trazendo a aplicação de recursos de políticas setoriais nestas regiões. Foram selecionados três tipos de instrumentos de políticas federais com impactos diferenciados, mas representativos, no território em que atuam: *i*) os fundos constitucionais de financiamento das regiões, representando os recursos, por excelência, da política regional explícita; *ii*) os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), representando os recursos de política setorial nacional; e *iii*) os recursos de dois programas sociais representativos: o Programa Bolsa Família (PBF) (gerido pelo atual Ministério do Desenvolvimento Social – MDS) e os Benefícios de Prestação Continuada (BPCs) (do Ministério da Previdência Social – MPS), os quais são destinados a pessoas e famílias, na forma de transferências unilaterais de renda.

## 8 APOIO AO SETOR EMPRESARIAL

Verifica-se, inicialmente, o elevado ritmo de expansão do volume total de recursos aplicados em cada uma das três regiões entre o primeiro e o segundo subperíodos analisados, e menor volume no terceiro período. No Nordeste, o patamar total de recursos elencados foi multiplicado 2,5 vezes. Na região Norte, o crescimento foi de 2,8 vezes, e, na região Centro-Oeste, a expansão foi de 2,6 vezes.

Nas três regiões, a parcela exclusiva dos recursos explícitos da política regional (os FCs) manteve sua proporção, com pequenas variações, frente às demais fontes de recursos comparadas, mantendo percentuais que variaram de 18% a 25% do total acumulado para o FNE, o FNO e o FCO no período 2000-2012. Os desembolsos do BNDES, tradicional instrumento da política industrial brasileira, também se constituíram em alavancas do desenvolvimento regional com seus montantes ampliados fortemente no período de 2000 a 2012, apresentando depois um decréscimo para o período 2013-2015.

Na região Nordeste, o montante acumulado de recursos destinados à demanda de investimento mais que dobrou entre os dois períodos iniciais, passando de R\$ 95,4 bilhões para R\$ 221,3 bilhões (valores reais de 2015), e manteve-se em R\$ 118,4 bilhões no triênio 2013-2015. Também na região Norte os recursos para a expansão dos empreendimentos produtivos crescem em ritmo significativo e passam de R\$ 58,0 bilhões, entre 2000 e 2006, para R\$ 105,2 bilhões, nos anos de 2007 a 2012, e, finalmente, para R\$ 57,7 bilhões, entre 2013 e 2015. No Centro-Oeste há também duplicação de aplicação de recursos, que passaram de R\$ 73,4 bilhões, de 2000 a 2006, para R\$ 141,3 bilhões nos anos de 2007 a 2012, e para R\$ 78,3 bilhões entre 2013 e 2015.

7. Ver Monteiro Neto, Castro e Brandão (2017, p. 42).

Portanto, sobressai, da análise das informações da tabela A.12, no apêndice, a importância dada pelo governo federal, nos anos recentes, para o aumento e a modificação das estruturas produtivas regionais, muito a partir da transformação na dinâmica do investimento produtivo. Nas regiões de menor nível de desenvolvimento, em que as opções de inversões produtivas são mais escassas e a capacidade de investimento é baixa relativamente ao restante do país, o esforço de ampliação do investimento empresarial, tal como foi feito entre 2000 e 2015, e, de maneira mais intensa, a partir de 2007 a 2015, contribuiu, sem sombra de dúvida, para a ampliação do nível do PIB total e por habitante das regiões-alvo.

## 9 APOIO ÀS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Os instrumentos de política social escolhidos para análise referem-se a transferências de renda a famílias. São eles: PBF e os BPCs para as regiões em investigação. Em todas as três regiões estes recursos, conjuntamente, são bem significativos, e chegam até a ser, em alguns anos, maiores que os da política regional explícita (os FCs).

Como política nacional de redução da pobreza e miséria extrema o governo federal lançou, ainda em 2003, com início em 2004, o PBF com objetivo de realizar transferências de recursos sociais (*cash transfers*, isto é, transferências diretas em dinheiro) a famílias reconhecidamente muito pobres em todo país. Este programa logrou atender, inicialmente em 2004, 6,6 milhões de famílias, passando paulatinamente para 12,8 milhões em 2010, sendo que atingiu um máximo de 14,1 milhões de famílias em 2013 e mostrou uma redução para 13,9 milhões em 2014, e novamente para 13,5 milhões em 2015.<sup>8</sup>

Os valores transferidos nacionalmente às famílias equivalem, em reais constantes de 2015, a: R\$ 4,1 bilhões em 2004, R\$ 28,4 bilhões em 2010, R\$ 36,2 bilhões em 2013 e R\$ 34,2 bilhões em 2015. A distribuição regional dos recursos segue o critério do maior número de pessoas pobres. Neste sentido, as regiões Nordeste e Norte tornaram-se as maiores receptoras, seguidas pelo Centro-Oeste. Nesta modalidade de transferência social a política pública realiza um dos seus maiores benefícios regionais, pois apoia indiretamente, por meio das pessoas atendidas, as regiões de menor desenvolvimento do país.

É de se notar que, nos anos recentes, 2013-2015, conquanto os patamares alcançados para os recursos dos dois programas de transferências sociais estejam elevados, já mostram trajetória de redução. Os efeitos da crise econômica iniciada em 2014 arrastaram-se para 2015 e ainda perduram, e podem colocar em xeque avanços conquistados na última década.

### 9.1 Panorama das políticas públicas com incidência no território (2013-2017)<sup>9</sup>

Dados apresentados anteriormente mostraram a importância de um amplo conjunto de políticas para a redução de desigualdades no território nacional. No entanto, algumas delas, que compõem o arcabouço dos programas do Plano Plurianual (PPA), contribuem mais

8. Mais informações no Ipeadata, disponível em: <<https://goo.gl/Qj1cT6>>. Acesso em: 21 maio 2018.

9. Os dados apresentados sobre resultados das políticas públicas no período em questão têm como fonte o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 – ano-base 2015 (Brasil, 2012) e o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019 – exercício 2016 (Brasil, 2016).

decisivamente para o atingimento dos termos do Acordo de Montevideu,<sup>10</sup> em especial no aspecto de *considerar o território como elemento-chave no desenvolvimento sustentável e na convivência humana e para reduzir as desigualdades territoriais*. Neste sentido, o PPA 2012-2015 estabeleceu como macrodesafio “dar seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento apoiado na redução das desigualdades regionais, entre o rural e o urbano e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda” (Brasil, 2012), criando, para isso, o programa temático Desenvolvimento Regional e Territorial, que organiza de forma mais direta os esforços realizados no período de 2013 até a atualidade na ação focada no território e na redução das desigualdades. Somado a este esforço, um grupo de programas voltados às questões urbanas foi implementado para atender ao enfoque dos instrumentos e projetos que permitem uma atuação junto ao ambiente urbano para a melhoria da qualidade de vida e a dotação das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento urbano.

Em uma primeira vertente, focada na *construção de territórios mais articulados*,<sup>11</sup> ações foram desenvolvidas tendo como enfoque o *desenvolvimento regional e a redução das desigualdades territoriais*. O Brasil possui uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), vigente desde 2007, que apresenta instrumentos de planejamento e de apoio ao desenvolvimento de regiões prioritárias (tais como os fundos constitucionais para o desenvolvimento regional – FCO, FNO e FNE, já citados). A PNDR passou no período por um processo de discussão de uma segunda fase, tendo como base a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, realizada em Brasília em 2012. Projeto de lei para a constituição da PNDR, fase II, foi encaminhado ao Senado Nacional em 2015, permanecendo ainda em tramitação e ficando as diretrizes da fase I ainda vigentes para as ações em curso.

---

10. O Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento foi o resultado da primeira reunião da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CRPD), realizada em Montevideu, de 12 a 15 de agosto de 2013. É o acordo intergovernamental que estabelece as diretrizes em matéria de população e desenvolvimento para este âmbito regional, tendo como ponto de partida o Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD), mais conhecida como Cairo-94. No contexto brasileiro, a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), constituída por representantes de órgãos de governo e da sociedade civil, atua como instância de monitoramento dos compromissos assumidos regional e internacionalmente neste tema.

11. O Consenso de Montevideu trata do tema desigualdade territorial, mobilidade espacial e vulnerabilidade, estabelecendo medidas prioritárias, que se relacionam entre si e compartilham linhas de ação. Em um contexto de medidas mais abrangentes, que tratam das desigualdades entre os territórios, estabelece as seguintes medidas: construir territórios mais articulados, integrados e unidos, mediante a formulação e a execução de planos, políticas e instrumentos de gestão territorial e urbana geridos de maneira participativa, com uma visão concentrada nas pessoas, no âmbito dos direitos humanos e com perspectiva de gênero e um enfoque de sustentabilidade e gestão do risco ambiental; ampliar e aperfeiçoar os processos de descentralização, desconcentração e planejamento participativo, nos âmbitos subnacionais e locais, favorecendo a disponibilidade, a acessibilidade e a qualidade dos serviços básicos, educação e saúde, incluída a saúde sexual e a saúde reprodutiva, e a prevenção da violência contra crianças, adolescentes e mulheres; formular estratégias de desenvolvimento do sistema de cidades que incluam o ordenamento territorial e a sustentabilidade ambiental, favorecendo uma transição energética e processos de produção e consumo sustentáveis, levando em consideração externalidades sociais e ambientais, no âmbito dos direitos humanos, a fim de promover um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo e fortalecer todos os segmentos deste sistema, incluídas as cidades intermediárias e pequenas; planejar e ordenar o desenvolvimento territorial e urbano, com perspectiva de direitos humanos e de gênero, formulando políticas de mobilidade, de assentamento da população e localização de atividades que considerem, entre seus objetivos, evitar o uso de zonas vulneráveis e protegidas, prevenir e mitigar o impacto dos desastres socioambientais e combater a vulnerabilidade ambiental das pessoas e comunidades de grupos étnicos e raciais discriminados, assim como a mitigação e a adaptação aos efeitos da mudança climática.

Em paralelo a estas ações, uma ação de desenvolvimento sustentável voltada para o Brasil rural e a agricultura familiar teve início em 2004, com a constituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e baseada no tripé território (espaço e sociedade), institucionalidade territorial (participação e representatividade) e visão de futuro (um plano territorial de desenvolvimento). A realização da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, em 2013, serviu de base para a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), fortalecendo a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida. Neste período, desde 2014 foram incluídos 78 novos territórios rurais, perfazendo um total de 243 territórios apoiados, ampliando sua atuação para 3.653 municípios e alcançando 65% dos municípios brasileiros. A governança nos territórios rurais, exercida pelo Colegiado de Desenvolvimento Territorial (Codeter) – formado pela representação das forças sociais do território (poder público e sociedade civil) – foi fortalecida por uma parceria com universidades federais e estaduais e com institutos federais, que permitiu a criação de 185 Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets), visando ao monitoramento de políticas públicas nos territórios e à internalização do tema do desenvolvimento territorial nas instituições de ensino superior. O esforço de gestão social nos territórios rurais permitiu também, no período de 2014 a 2015, a realização de 21 Conferências Territoriais de Mulheres, 41 Conferências Territoriais de Assistência Técnica e Extensão Rural para os Agricultores Familiares (Ater) e 130 Conferências Territoriais de Juventude, que culminaram com a elaboração do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural.

Uma experiência importante de articulação de políticas públicas para os territórios rurais foi realizada pelo Programa Territórios da Cidadania, criado no âmbito das ações territoriais do MDA. Instituído em 2008, o programa conta com a ação organizada de 22 órgãos do governo federal, pela pactuação de uma matriz de ações anuais a serem ofertadas para 120 territórios rurais selecionados por seus baixos indicadores sociais e econômicos. As ações que compõem esta matriz ofertada estavam organizadas nos eixos de apoio a atividades produtivas, acesso a direitos e cidadania e de infraestrutura, que eram discutidos e monitorados no Codeter. As mudanças institucionais ocorridas em 2015 levaram à extinção do MDA e sua reestruturação no formato de uma Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), vinculada à Casa Civil da Presidência da República. Esta mudança foi acompanhada do redimensionamento de suas estruturas internas e da revisão de suas prioridades programáticas, perdendo a ação territorial sua centralidade na atuação da instituição.

A construção de territórios mais articulados dá-se também no nível intraurbano e das redes de cidades que compõem o território nacional. A política urbana, apoiada nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e pela 5ª Conferência Nacional das Cidades, realizada em 2013, tem como elemento estruturante o Estatuto das Cidades de 2001, que estabeleceu diretrizes gerais e instrumentos para a política urbana no país, de forma a possibilitar que os municípios – responsáveis constitucionais pela política de desenvolvimento urbano – possam, por meio dos Planos Diretores, realizar o planejamento e a gestão urbana. As ações neste período centraram-se em atividades de capacitação dos entes federados sobre os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e sobre as formas de

implementá-los. Como resultado destaca-se que 89% dos municípios com mais de 20 mil habitantes, que estão obrigados a elaborar o Plano Diretor, já o fizeram até 2015.

A questão metropolitana teve um impulso importante em 2015, com a institucionalização do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089, 12 de janeiro de 2015), que visa criar regras para a governança compartilhada de grandes aglomerados urbanos que envolvam mais de um município, fixando diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas públicas em RMs e aglomerações urbanas instituídas pelos estados. Os dispositivos propostos pelo estatuto estão em processo de regulamentação em nível federal, centrados em especial na discussão de metodologia de plano de desenvolvimento urbano integrado.

A segunda vertente tratada no Consenso de Montevideu<sup>12</sup> é focada na *ampliação do bem-estar nos territórios*. Este esforço viu-se fortalecido no contexto urbano pela atuação de políticas do governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 e 3, com etapas previstas para o período de 2011 a 2014 e 2015 a 2018, que incorporou ações de infraestrutura social e urbana, para enfrentar os problemas das grandes cidades brasileiras. Destacam-se seus principais resultados no âmbito do PPA 2012-2015:

- a) *mobilidade urbana*: inversões focadas em especial para a implementação de sistemas de transportes públicos coletivos em grandes cidades (PAC Mobilidade Grandes Cidades, para cidades com mais de 700 mil habitantes) e para a implementação de sistemas de mobilidade urbana nas cidades médias (PAC Cidades Médias, para cidades entre 250 mil e 700 mil habitantes). A preparação do país para a realização da Copa do Mundo de 2014 deu suporte também para o apoio a projetos de mobilidade urbana (31 empreendimentos), alcançando as capitais brasileiras Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Natal, Recife e Rio de Janeiro;
- b) *política habitacional*: o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), voltado às famílias de mais baixa renda, aporta financiamento para a construção de novas moradias, alcançando a contratação de 4 milhões de unidades, das quais 2,5 milhões foram entregues até final de 2015, beneficiando 5.346 municípios (95% dos municípios brasileiros). Junto a isso, também foram apoiadas 389 obras de urbanização em assentamentos precários (PAC Urbanização), beneficiando favelas de maior porte e complexidade nas principais cidades e RMs, atendendo 179 mil famílias;
- c) *saneamento básico*: a ampliação de recursos destinados a projetos de saneamento básico foi expressiva no PAC, permitindo a atuação conjunta e complementar de vários órgãos – Ministério das Cidades (MCidades), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Contemplaram ações como o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais, operações de saneamento integrado, operações de redução de perdas e o apoio a estudos e projetos

---

12. O Consenso de Montevideu, em um contexto de medidas que tratam das desigualdades no contexto urbano, estabelece as seguintes medidas: promover o desenvolvimento e o bem-estar das pessoas de todos os territórios, sem nenhum tipo de discriminação, inclusive o pleno acesso a serviços sociais básicos e a igualação das oportunidades dentro das cidades, entre zonas urbanas e rurais, entre cidades pequenas, intermediárias e grandes e entre população dispersa e a que vive em pequenos assentamentos rurais; formular e implementar estratégias e políticas que deem respostas integrais a situações de vulnerabilidade a desastres naturais, com um enfoque multidimensional de proteção antes, durante e depois dos eventos; promover o aproveitamento inclusivo dos recursos naturais, evitando os danos sociais e ambientais que sua exploração possa causar.

no setor. Integrada a estas ações de saneamento, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei nº 12.305/2010) tem como foco a gestão compartilhada e associada de resíduos sólidos por consórcios públicos e a implementação de iniciativas que contemplem a coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos e a inclusão socioproductiva de catadores de materiais recicláveis. Segundo dados levantados pelo MMA, em 2015, 2.323 municípios declararam ter planos de resíduos sólidos (41,7%);

- d) *situações de riscos de desastres naturais*: as ações desenvolvidas no período tiveram como base o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Nacionais, elaborado em 2012, que atua nos eixos de prevenção, monitoramento e alerta, mapeamento das áreas de risco e ações de resposta e reconstrução. Esta ação está pautada na identificação dos 821 municípios prioritários, que apresentam os maiores índices de letalidade, desabrigados, desalojados e com recorrência de desastres. Na vertente de prevenção foram realizadas ações de mapeamento de riscos em 1.404 municípios e apoio a intervenções estruturais de drenagem urbana sustentável que atenderam 77 municípios com obras de controle das cheias e erosões fluviais, drenagem e contenção de encostas. A resposta a desastres está amparada no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), utilizado desde 2013, e o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SNPDC), do qual participam estados e municípios, que atuam tanto em ações de socorro e assistência a vítimas quanto em ações de monitoramento e alerta, em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), criado em 2011.

## 9.2 Principais desafios para as políticas públicas

O conjunto de reflexões e dados apresentados nestas seções precedentes vislumbram uma trajetória de compromissos institucionais públicos para este propósito. Pode-se organizar os elementos aqui discutidos em torno de três proposições norteadoras do esforço de política pública recente no país:

- primeiro, *políticas públicas são efetivas*: a constatação de que a ação governamental na forma de política pública tem sido, neste período analisado de 2000 a 2015, realmente capaz de produzir modificações para melhor na vida das populações mais pobres, bem como nas regiões menos desenvolvidas;
- segundo, *políticas nacionais têm forte impactos nas regiões*: as políticas de dimensão nacional, como a macroeconômica, a social e as de infraestrutura, tendem a surtir efeitos mais fortes e duradouros nas regiões em que as políticas regionais explícitas são mais necessárias; ainda assim nem sempre são capazes de zerar disparidades regionais;
- terceiro, *políticas nacionais precisam ser regionalmente orientadas para a convergência de renda e bem-estar*: as políticas de caráter nacional nem sempre são capazes de produzir uma orientação de convergência de resultados entre as regiões menos e mais desenvolvidas, devendo ser mais enfaticamente orientadas para reduzir as distâncias que separam as condições socioeconômicas prevaletentes nas regiões do país.

Isto leva a considerar que, entre os desafios a serem superados nos próximos anos, coloca-se como muito relevante o da melhoria do ambiente de relações federativas em prol de um federalismo cooperativo e de coesão social e regional. Para tal, acredita-se que seja necessário que a sociedade e o Estado brasileiros organizem seus propósitos, de maneira continuada no tempo, com vistas ao descrito a seguir.

### 9.2.1 Maior qualificação dos entes federados subnacionais (estados e municípios) para a implementação e o monitoramento de políticas públicas

Os arranjos federativos em políticas sociais em educação, saúde e assistência social ganharam, desde a Constituição de 1988, uma feição universal quanto à sua abrangência nacional e interfederativa, com ampla presença dos três entes de governo (União, estados e municípios). Contudo, para as demais políticas de infraestrutura e/ou produtiva (urbana, regional, rural, saneamento, transportes etc.) ainda não foram encontrados arranjos federativos adequados e capazes de contribuir para um desenvolvimento regional mais equânime no país.

### 9.2.2 Ampliar esforço de atuação compartilhada e interfederativa

Em face da concentração de recursos tributários e de poderes políticos e institucionais no governo federal, os demais governos subnacionais têm papel restrito no ambiente federativo nacional. Decorre deste quadro de atuação restringido que estados e municípios tendem a enfrentar de maneira recorrente limitações institucionais e de gestão para a realização compartilhada de políticas públicas. Cabe, portanto, ao governo federal a iniciativa do fortalecimento do pacto federativo e da coesão social regional, por meio de ações que apoiem de maneira crescente a atuação dos governos subnacionais nos processos de elaboração, execução e avaliação de políticas públicas nacionais.

### 9.2.3 Manutenção do esforço de aplicação de recursos em políticas públicas com repercussão na redução de desigualdades

Reconhece-se internacionalmente que o Brasil, nas últimas duas décadas, foi capaz de executar políticas públicas que resultaram em ampliação dos níveis de bem-estar, redução da miséria e da desigualdade de renda. Todos estes avanços têm sido possíveis pela ampliação do gasto público em direção a patamares próximos ao que se observa em países que resolveram seus problemas de pobreza e desigualdade e alcançaram o estágio do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatórios Anuais de Desembolsos**: desembolsos do BNDES por região (2000-2018). Brasília: BNDES, 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/Q8gFWu>>. Acesso em: 3 maio 2018.

BRANCO, Maria L. Cidades médias no Brasil. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-271.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 – ano-base 2015**. Brasília: MP, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://goo.gl/LCxR64>>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Financiamento do desenvolvimento regional**. Brasília: MI, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/tY9CMi>>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2016-2019 – exercício 2016**. Brasília: MP, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/gC2SCa>>. Acesso em: 3 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência Social. **Estatísticas dos Benefícios de Prestação Continuada**. Brasília: MPS, [s.d.]a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social. **Estatísticas do Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, [s.d.]b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2001-2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Produto interno bruto estadual**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. (Contas Regionais do Brasil). Disponível em: <<https://goo.gl/LKMgVn>>. Acesso em: 3 maio 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Brasília: Ipea, 2015.

\_\_\_\_\_. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Brasília: Ipea, 2017.

MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antonio. (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013: o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal brasileiro**. Brasília: Pnud; Ipea; FJP, 2013.

## APÊNDICE A

TABELA A.1

**Brasil: municípios por nível do IDHM (2000 e 2010)**

Desenvolvimento humano	2000		2010	
	Municípios	(%)	Municípios	(%)
Muito alto	1	0,0	44	0,8
Alto	133	2,4	1.889	33,9
Médio	1.451	26,1	2.233	40,1
Baixo	1.652	29,7	1.367	24,6
Muito baixo	2.328	41,8	32	0,6
<b>Total</b>	<b>5.565</b>	<b>-</b>	<b>5.565</b>	<b>-</b>

Fonte: Pnud, Ipea e FJP (2013).  
Elaboração dos autores.

TABELA A.2

**Brasil e Grandes Regiões: evolução do IDHM (2000 e 2010)**

Macrorregião	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	<b>Brasil</b>	
IDHM	IDHM em 2000	0,527	0,516	0,676	0,66	0,639	<b>0,612</b>
	IDHM em 2010	0,667	0,663	0,766	0,754	0,757	<b>0,727</b>
	Varição média anual do IDHM entre 2000 e 2010 (%)	2,4	2,5	1,3	1,3	1,7	<b>1,7</b>
IDHM renda	IDHM renda em 2000	0,613	0,588	0,735	0,711	0,720	<b>0,692</b>
	IDHM renda em 2010	0,670	0,656	0,773	0,764	0,776	<b>0,739</b>
	Varição média anual do IDHM renda entre 2000 e 2010 (%)	0,9	1,1	0,5	0,7	0,8	<b>0,7</b>
IDHM longevidade	IDHM longevidade em 2000	0,717	0,685	0,778	0,792	0,777	<b>0,727</b>
	IDHM longevidade em 2010	0,796	0,782	0,845	0,848	0,839	<b>0,816</b>
	Varição média anual do IDHM longevidade entre 2000 e 2010 (%)	1,1	1,3	0,8	0,7	0,8	<b>1,2</b>
IDHM educação	IDHM educação em 2000	0,333	0,342	0,541	0,51	0,467	<b>0,456</b>
	IDHM educação em 2010	0,557	0,569	0,688	0,662	0,665	<b>0,637</b>
	Varição média anual do IDHM educação entre 2000 e 2010 (%)	5,3	5,2	2,4	2,6	3,6	<b>3,4</b>

Fonte: Pnud, Ipea e FJP (2013).  
Elaboração dos autores.

Obs.: Muito baixo desenvolvimento humano (0,000 até 0,499); baixo desenvolvimento humano (0,500 até 0,599); médio desenvolvimento humano (0,600 até 0,699); alto desenvolvimento humano (0,700 até 0,799); muito alto desenvolvimento humano (acima de 0,800).

TABELA A.3

## Valores IVS, dimensões e variações nos períodos (2000, 2010, 2011 e 2015)

Brasil	Anos <sup>1</sup>		Variação (%)	Anos <sup>2</sup>		Variação (%)
	2000	2010		2011	2015	
IVS	0,446	0,326	-27,0	0,266	0,248	-7,0
IVS infraestrutura urbana	0,351	0,295	-16,0	0,235	0,214	-8,9
IVS capital humano	0,503	0,362	-28,0	0,288	0,263	-8,7
IVS renda e trabalho	0,484	0,320	-33,9	0,275	0,266	-3,3

Fonte: Ipea (2015).

Elaboração dos autores.

Notas: <sup>1</sup> Base de dados dos Censos Demográficos.<sup>2</sup> Base de dados das Pnads.

Obs.: Muito baixa vulnerabilidade social (0,000 até 0,200); baixa vulnerabilidade social (0,201 até 0,300); média vulnerabilidade social (0,301 até 0,400); alta vulnerabilidade social (0,401 até 0,500); muito alta vulnerabilidade social (acima de 0,501).

TABELA A.4

## Brasil e macrorregiões: evolução do IVS por dimensões (2000 e 2010)

	IVS renda e trabalho		Variação (%)	IVS capital humano		Variação (%)	IVS infraestrutura urbana		Variação (%)	IVS		Variação (%)
	2000	2010		2000	2010		2000	2010		2000	2010	
<b>Brasil</b>	<b>0,485</b>	<b>0,320</b>	<b>-4,07</b>	<b>0,503</b>	<b>0,362</b>	<b>-3,24</b>	<b>0,351</b>	<b>0,295</b>	<b>-1,72</b>	<b>0,446</b>	<b>0,326</b>	<b>-3,09</b>
Norte	0,563	0,423	-2,82	0,661	0,485	-3,05	0,594	0,419	-3,43	0,606	0,443	-3,08
Nordeste	0,647	0,466	-3,23	0,640	0,470	-3,04	0,403	0,305	-2,75	0,563	0,414	-3,03
Sudeste	0,407	0,248	-4,83	0,403	0,286	-3,37	0,397	0,373	-0,62	0,402	0,302	-2,82
Sul	0,391	0,226	-5,33	0,403	0,288	-3,30	0,213	0,184	-1,45	0,336	0,233	-3,59
Centro-Oeste	0,426	0,264	-4,67	0,475	0,333	-3,49	0,403	0,328	-2,04	0,435	0,308	-3,39

Fonte: Ipea (2015).

Elaboração dos autores.

Obs.: Base de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

TABELA A.5

## Brasil e macrorregiões: evolução do IVS por dimensões (2011 e 2015)

	IVS renda e trabalho		Variação (%)	IVS capital humano		Variação (%)	IVS infraestrutura urbana		Variação (%)	IVS		Variação (%)
	2011	2015		2011	2015		2011	2015		2011	2015	
<b>Brasil</b>	<b>0,275</b>	<b>0,266</b>	<b>-3,3</b>	<b>0,288</b>	<b>0,263</b>	<b>-8,70</b>	<b>0,235</b>	<b>0,214</b>	<b>-8,9</b>	<b>0,266</b>	<b>0,248</b>	<b>-6,8</b>
Norte	0,358	0,323	-9,8	0,379	0,348	-8,18	0,302	0,223	-26,2	0,346	0,298	-13,8
Nordeste	0,402	0,361	-10,2	0,378	0,361	-4,50	0,235	0,212	-9,8	0,338	0,311	-7,9
Sudeste	0,212	0,232	9,4	0,224	0,198	-11,61	0,294	0,273	-7,1	0,244	0,234	-4,1
Sul	0,202	0,186	-7,9	0,243	0,200	-17,70	0,137	0,186	-35,8	0,194	0,191	-1,5
Centro-Oeste	0,203	2,201	-1,0	0,260	9,243	-6,54	0,301	0,282	-6,3	0,255	0,242	-5,0

Fonte: Ipea (2017).

Elaboração dos autores.

Obs.: Base de dados das Pnads de 2011 a 2015.

TABELA A.6

**Brasil e Grandes Regiões: cobertura de esgotamento sanitário**

	População residente em domicílios particulares permanentes urbanos com esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (%)				Residentes em domicílios particulares permanentes urbanos com esgotamento sanitário, como proporção (%) do total nacional			
	2001	2005	2011	2015	2001	2005	2011	2015
<b>Brasil</b>	<b>61,1</b>	<b>63,8</b>	<b>69,8</b>	<b>73,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Norte	12,6	10,6	25,3	27,9	20,6	16,6	36,2	38,2
Nordeste	35,0	39,3	50,5	54,3	57,3	61,6	72,3	74,4
Sudeste	85,6	88,1	91,1	92,8	140,1	138,1	130,5	127,1
Sul	58,0	63,7	67,7	72,9	94,9	99,8	97,0	99,9
Centro-Oeste	38,4	38,8	48,5	57,9	62,8	60,8	69,5	79,3

Fonte: IBGE (2015a).  
Elaboração dos autores.

TABELA A.7

**Brasil, Grandes Regiões e RMs: população ocupada com tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho superior a uma hora**

(Em %)

Regiões	2001	2005	2011	2015
<b>Brasil</b>	<b>8,9</b>	<b>9,6</b>	<b>9,7</b>	<b>10,2</b>
Macrorregiões				
Norte	6,2	7,8	7,4	7,6
Nordeste	7,4	7,6	7,5	7,4
Sudeste	11,4	12,8	13,0	13,7
Sul	4,8	4,4	5,0	5,7
Centro-Oeste	8,5	8,7	8,3	10,3
<i>Média regiões</i>	<i>7,7</i>	<i>8,3</i>	<i>8,2</i>	<i>8,9</i>
RMs				
Belém	7,1	10,6	10,2	10,4
Fortaleza	9,1	10,4	9,8	12,2
Recife	10,4	12,9	12,5	16,0
Salvador	7,8	10,4	16,1	14,8
Belo Horizonte	13,5	13,8	15,6	14,5
Rio de Janeiro	20,7	22,4	22,4	26,5
São Paulo	19,6	22,7	23,3	24,4
Curitiba	11,5	10,0	11,5	10,3
Porto Alegre	7,8	7,7	8,0	10,7
Distrito Federal	9,3	7,6	10,3	19,5
<i>Média RMs</i>	<i>11,7</i>	<i>12,8</i>	<i>13,9</i>	<i>15,9</i>

Fonte: IBGE (2015a).  
Elaboração dos autores.

Obs.: Dados referentes à população que trabalha fora do município e desloca-se diretamente do domicílio ao local de trabalho.

TABELA A.8

**Brasil, Grandes Regiões e RMs: tempo médio de percursos diário de ida da residência para o local de trabalho superior a uma hora**

(Em minutos)

Regiões	2001	2005	2011	2015
<b>Brasil</b>	<b>28,7</b>	<b>29,4</b>	<b>30,1</b>	<b>30,3</b>
Macrorregiões				
Norte	26,1	27,5	27,9	27,5
Nordeste	27,2	27,5	27,7	27,4
Sudeste	31,4	32,6	33,7	34,1
Sul	24,0	23,8	24,4	25,2
Centro-Oeste	28,3	28,3	28,9	30,0
<i>Média regiões</i>	<i>27,4</i>	<i>27,9</i>	<i>28,5</i>	<i>28,8</i>
RMs				
Belém	28,2	31,1	32,7	33,2
Fortaleza	29,9	30,8	31,6	33,6
Recife	32,1	33,5	36,9	38,5
Salvador	30,3	32,9	37,6	37,9
Belo Horizonte	35,2	35,0	37,0	36,3
Rio de Janeiro	41,8	42,7	44,5	48,0
São Paulo	39,7	42,3	44,7	44,4
Curitiba	32,4	30,8	32,5	33,0
Porto Alegre	28,6	29,0	30,1	32,0
Distrito Federal	32,5	31,1	34,4	40,6
<i>Média RMs</i>	<i>33,1</i>	<i>33,9</i>	<i>36,2</i>	<i>37,7</i>

Fonte: IBGE (2015a).

Elaboração dos autores.

Obs.: Dados referentes à população que trabalha fora do município e desloca-se diretamente do domicílio ao local de trabalho.

TABELA A.9

**Total de municípios e municípios com conselho municipal de política urbana, desenvolvimento urbano, da cidade ou similar, segundo classes de tamanho da população e Grandes Regiões (2012)**

	<b>Total de municípios</b>	Municípios com conselho municipal	Municípios com conselho municipal que se reuniu nos últimos doze meses	Municípios com conselho municipal (%)
<b>Total</b>	<b>5.565</b>	<b>1.231</b>	<b>888</b>	<b>22,1</b>
Classes de tamanho da população				
Até 5.000 habitantes	<b>1.298</b>	134	95	10,3
De 5.001 a 20.000 habitantes	<b>2.598</b>	355	245	13,7
De 20.001 a 100.000 habitantes	<b>1.381</b>	522	370	37,8
De 100.001 a 500.000 habitantes	<b>250</b>	187	149	74,8
Mais de 500.000 habitantes	<b>38</b>	33	29	86,8
Grandes Regiões				
Norte	<b>449</b>	94	59	20,9
Nordeste	<b>1.794</b>	209	138	11,6
Sudeste	<b>1.668</b>	362	255	21,7
Sul	<b>1.188</b>	479	379	40,3
Centro-Oeste	<b>466</b>	87	57	18,7

Fonte: IBGE (2012).

Elaboração dos autores.

TABELA A.10

**Proporção do PIB per capita região versus PIB per capita Brasil**

(Em %)

Regiões	2000	2010	2014
Norte	60,4	64,0	62,7
Nordeste	46,6	48,3	50,3
Sudeste	135,6	133,2	130,9
Sul	118,8	111,2	114,7
Centro-Oeste	101,3	124,0	125,1
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados brutos das Contas Regionais do IBGE (2015b).  
Elaboração dos autores.

TABELA A.11

**Taxa de crescimento anual do PIB total**

(Em %)

Regiões	2000/2010	2011/2015 <sup>1</sup>
Norte	5,2	-0,4
Nordeste	4,0	1,1
Sudeste	3,4	-0,2
Sul	2,7	0,8
Centro-Oeste	6,5	0,7

Fonte: Dados brutos das Contas Regionais do IBGE (2015b).  
Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Estimativas de PIBs regionais para o ano de 2015 considerando a participação de cada região no PIB nacional em 2014.

TABELA A.12

**Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: recursos de política pública com impactos regionais – fundos constitucionais de desenvolvimento, desembolsos do BNDES, PBF e BPCs (2000-2006, 2007-2012 e 2013-2015)**

(Valores acumulados em R\$ bilhões de 2015)

Região/períodos	Crédito ao investimento			Programas sociais	Totais
	Fundos constitucionais (A)	Desembolsos (B)	(A + B)	(C)	(A + B + C)
Nordeste	FNE	BNDES	FNE + BNDES	PBF + BPC	<b>Subtotal NE</b>
2000-2006	34,2 (25,4%)	61,2 (45,5%)	95,4 (70,9%)	39,1 <sup>1</sup> (29,1%)	<b>134,5 (100,0%)</b>
2007-2012	81,9 (23,4%)	139,4 (39,9%)	221,3 (63,4%)	127,7 (36,6%)	<b>349,0 (100,0%)</b>
2013-2015	40,4 (25,2%)	78,0 (48,5%)	118,4 (73,6%)	42,4 (26,3%)	<b>160,8 (100,0%)</b>

(Continua)

(Continuação)

Região/periodos	Crédito ao investimento			Programas sociais	Totais
	Fundos constitucionais (A)	Desembolsos (B)	(A + B)	(C)	(A + B + C)
Norte	FNO	BNDES	FNO + BNDES	PBF + BPC	<b>Subtotal NO</b>
2000-2006	17,1 (25,2%)	23,7 (33,6%)	58,0 (82,2%)	12,5 <sup>1</sup> (17,8%)	<b>70,5 (100,0%)</b>
2007-2012	21,2 (15,0%)	84,0 (59,8%)	105,2 (74,9%)	35,2 (25,1%)	<b>140,4 (100,0%)</b>
2013-2015	15,1 (16,4%)	42,6 (46,0%)	57,7 (62,4%)	34,8 (37,6%)	<b>92,5 (100,0%)</b>
Centro-Oeste	FCO	BNDES	FCO + BNDES	PBF + BPC	<b>Subtotal CO</b>
2000-2006	21,3 (23,1%)	51,9 (56,2%)	73,2 (79,4%)	19,0 <sup>1</sup> (20,6%)	<b>92,2 (100,0%)</b>
2007-2012	35,9 (18,1%)	105,4 (53,3%)	141,3 (71,5%)	56,3 (28,5%)	<b>197,6 (100,0%)</b>
2013-2015	18,3 (20,3%)	60,0 (66,7%)	78,3 (87,0%)	11,7 (13,0%)	<b>90,0 (100,0%)</b>

Fonte: Brasil (2013) para os fundos constitucionais; BNDES (2018) para os desembolsos do BNDES; Brasil ([s.d.]b) para PBF; Brasil ([s.d.]a) para BPCs. Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Para o PBF são utilizados dados do período 2004-2006.